

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	7
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	7
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	12
3) – DISPONIBILIDADES	16
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES	16
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	17
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	17
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE	19
8) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO	19
9) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA	20
10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
11) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	21
12) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	23
13) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	23
14) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS	25
15) – INVESTIMENTOS	26
16) – IMOBILIZADO	31
17) – INTANGÍVEL	32
18) – FORNECEDORES	33
19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	33
20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	34
21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS	37
22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	37
23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	39
24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA	46
26) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES	47
27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	47
28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	48
29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	48
30) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	50
31) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	51
32) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	52
33) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010	57
34) – EVENTOS SUBSEQUENTES	58
35) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	59
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	60
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	66
RELATÓRIO DA REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	77

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO 2009

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	4.495.283	4.424.959	418.788	656.704
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.222.739	2.107.342	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 6)	148.064	227.444	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	405.836	395.649	-	-
Tributos Compensáveis (nota 10)	1.017.604	893.980	6.405	8.208
Despesas Antecipadas – CVA (nota 9)	367.774	754.373	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	45.175	46.028	-	-
Créditos Tributários (nota 11)	158.002	141.889	16.521	7.525
Dividendos a Receber	-	-	956.316	1.362.451
Revisão Tarifária da Transmissão (nota 8)	77.746	83.303	-	-
Estoques	42.790	35.032	195	17
Outros Créditos	575.991	334.416	20.199	14.124
TOTAL DO CIRCULANTE	9.557.004	9.444.415	1.418.424	2.049.029
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 13)	1.787.105	1.823.644	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (nota 13)	-	-	891.633	872.638
Despesas Antecipadas – CVA (nota 9)	52.968	199.915	-	-
Créditos Tributários (nota 11)	647.417	572.146	99.650	111.920
Tributos Compensáveis (nota 10)	225.720	227.919	102.723	111.895
Depósitos Vinculados a Litígios (nota 12)	716.531	627.567	95.462	95.461
Consumidores e Revendedores (nota 4)	194.272	161.239	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 14)	-	46.240	-	-
Revisão Tarifária da Transmissão (nota 8)	23.423	35.976	-	-
Outros Créditos	136.157	126.925	59.129	78.286
	3.783.593	3.821.571	1.248.597	1.270.200
Investimentos (nota 15)	23.559	25.955	9.603.830	8.540.385
Imobilizado (nota 16)	14.612.271	13.862.757	1.996	1.891
Intangível (nota 17)	2.073.701	1.711.575	1.440	1.544
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	20.493.124	19.421.858	10.855.863	9.814.020
ATIVO TOTAL	30.050.128	28.866.273	12.274.287	11.863.049

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 18)	924.461	852.195	15.148	14.275
Encargos Regulatórios (nota 21)	363.806	324.234	-	-
Participações nos Lucros	46.416	97.878	1.922	3.774
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	717.940	616.880	23.469	32.838
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	949.623	953.789	949.623	953.789
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	1.617.208	4.244.123	25.284	23.358
Debêntures (nota 20)	83.643	35.570	-	-
Salários e Contribuições Sociais	333.854	353.291	17.579	18.423
Passivo Regulatório – CVA (nota 9)	520.176	656.404	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	106.622	94.041	4.101	4.108
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 32)	79.128	78.305	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	4.277	10.839
Outras Obrigações	419.172	414.794	18.728	20.605
TOTAL DO CIRCULANTE	6.162.049	8.721.504	1.060.131	1.082.009
NÃO CIRCULANTE				
Encargos Regulatórios (nota 21)	178.177	152.303	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 9)	71.106	228.111	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	5.842.066	5.678.628	55.190	55.190
Debêntures (nota 20)	4.282.243	1.334.626	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	705.585	602.697	-	-
Provisões para Contingências (nota 23)	558.936	495.096	304.095	326.032
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	1.277.977	1.178.946	48.855	48.118
Outras Obrigações	241.006	191.909	75.033	76.195
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.157.096	9.862.316	483.173	505.535
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	6.948	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 24)				
Capital Social	3.101.884	3.101.884	3.101.884	3.101.884
Reservas de Capital	3.969.099	3.969.099	3.969.099	3.969.099
Reservas de Lucros	3.177.248	3.177.248	3.177.248	3.177.248
Ajuste Acumulado de Conversão e Avaliação Patrimonial	1.544	150	1.544	150
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
Lucros Acumulados	454.084	-	454.084	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.730.983	10.275.505	10.730.983	10.275.505
PASSIVO TOTAL	30.050.128	28.866.273	12.274.287	11.863.049

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009 Reclassificado	31/03/2010	31/03/2009
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 25)	3.643.311	3.136.503	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (nota 26)	588.947	452.092	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 27)	151.586	138.268	74	84
	<u>4.383.844</u>	<u>3.726.863</u>	<u>74</u>	<u>84</u>
Deduções à Receita Operacional (nota 28)	(1.473.397)	(1.365.329)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.910.447</u>	<u>2.361.534</u>	<u>74</u>	<u>84</u>
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 29)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.028.336)	(671.842)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(203.265)	(204.191)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(49.734)	(39.314)	-	-
	<u>(1.281.335)</u>	<u>(915.347)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 29)				
Pessoal e Administradores	(237.476)	(259.691)	-	-
Obrigações Pós-Emprego	(31.806)	(28.778)	-	-
Materiais	(27.330)	(26.117)	-	-
Serviços de Terceiros	(141.618)	(134.732)	-	-
Depreciação e Amortização	(187.007)	(165.959)	-	-
Reversões (Provisões) Operacionais	7.996	(1.735)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(41.505)	(36.218)	-	-
Outras	(33.125)	(17.817)	-	-
	<u>(691.871)</u>	<u>(671.047)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL	<u>(1.973.206)</u>	<u>(1.586.394)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO BRUTO	937.241	775.140	74	84
DESPESA OPERACIONAL (nota 29)				
Despesas com Vendas	(41.917)	(41.661)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(107.669)	(106.276)	(11.372)	(37.467)
Outras Despesas Operacionais	(28.354)	(17.561)	(4.852)	(2.972)
	<u>(177.940)</u>	<u>(165.498)</u>	<u>(16.224)</u>	<u>(40.439)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas Financeiras	759.301	609.642	(16.150)	(40.355)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	418.131	359.737
Resultado Financeiro Líquido (nota 30)	(90.642)	(37.757)	23.917	11.839
Lucro antes dos Impostos e Participações	<u>668.659</u>	<u>571.885</u>	<u>425.898</u>	<u>331.221</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 11)	(204.032)	(270.497)	(5.296)	(1.541)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 11)	(9.338)	82.498	(900)	7.464
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(36.066)	(27.424)	(479)	(902)
Participações dos Acionistas não Controladores	-	(20.220)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>419.223</u>	<u>336.242</u>	<u>419.223</u>	<u>336.242</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO – R\$			<u>0,67599</u>	<u>0,67779</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ajustes de Conversão e Avaliação Patrimonial	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.101.884	3.969.099	3.177.248	-	150	27.124	10.275.505
Ajuste de avaliação patrimonial de coligada	-	-	-	-	1.220	-	1.220
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	174	-	174
Ajuste de exercício anterior de coligada (nota 24)	-	-	-	34.861	-	-	34.861
Lucro Líquido do Período	-	-	-	419.223	-	-	419.223
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	<u>3.101.884</u>	<u>3.969.099</u>	<u>3.177.248</u>	<u>454.084</u>	<u>1.544</u>	<u>27.124</u>	<u>10.730.983</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Período	419.223	336.242	419.223	336.242
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades				
Depreciação e Amortização	190.227	171.042	45	46
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.558	5.119	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(418.131)	(359.737)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	40.682	(32.213)	(18.994)	(9.415)
Imposto Federais Diferidos	9.338	(82.536)	900	(7.464)
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	15.488	65.772	(4.672)	31.197
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	89.164	20.723	-	-
Amortização de Ágio nas aquisições	-	-	8.196	-
Obrigações Pós-Emprego	41.807	33.987	3.136	1.417
Participação de Minoritários	-	20.220	-	-
Adicional Baixa Renda – IRT 2008 e 2009	(106.388)	-	-	-
Baixa de CVA exercícios anteriores	70.889	-	-	-
Baixa Ativo regulatório – PIS-PASEP/COFINS	46.240	-	-	-
Outros	(5.993)	(8.700)	-	-
	<u>841.235</u>	<u>529.656</u>	<u>(10.297)</u>	<u>(7.714)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(237.446)	(144.062)	-	-
Recomposição Tarifária extraordinária - Circulante	79.380	62.460	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	76.876	69.953	-	-
Revendedores - Transações na CCEE	12.396	2.107	-	-
Créditos tributários diferidos	(100.723)	85.325	2.374	(6.248)
Tributos Compensáveis	(121.424)	(149.456)	10.989	(8.986)
Transporte de energia	(10.187)	49.063	-	-
Outros Créditos	(131.623)	24.433	12.903	(5.949)
Reajuste tarifário diferido	-	118.779	-	-
Despesas Antecipadas CVA	26.081	(147.632)	-	-
Depósitos Judiciais	(88.963)	(47.082)	(1)	(1.115)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	504.556	(2.642)
	<u>(495.633)</u>	<u>(76.112)</u>	<u>530.821</u>	<u>(24.940)</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	77.167	(67.414)	873	(3.922)
Tributos e Contribuição Social	203.948	197.792	(9.383)	(11.259)
Salários e Contribuições Sociais	(19.437)	(79.386)	(844)	(4.137)
Encargos Regulatórios	37.743	(63.761)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	360.356	133.657	1.926	2.677
Obrigações Pós-Emprego	69.805	(27.947)	(2.407)	(2.238)
Passivos Regulatórios – CVA	142.249	(38.831)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(91.491)	697	-	-
Provisões para Contingências	171.756	-	-	-
Outros	(10.911)	128.979	(28.717)	(4.329)
	<u>941.185</u>	<u>183.786</u>	<u>(38.552)</u>	<u>(23.208)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS)	1.286.787	637.330	481.972	(55.862)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	3.196.654	192.367	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(3.111.775)	(116.352)	-	-
Participação de Acionistas não controladores	(6.948)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(4.166)	-	(4.166)	-
	<u>73.765</u>	<u>76.015</u>	<u>(4.166)</u>	<u>(55.862)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>1.360.552</u>	<u>713.345</u>	<u>(4.166)</u>	<u>(55.862)</u>
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	38.648	22.350	(715.397)	13.094
No Imobilizado e Intangível	(1.328.876)	(336.903)	(325)	277
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	-	22.862	-	-
	<u>(1.290.228)</u>	<u>(291.691)</u>	<u>(715.722)</u>	<u>13.371</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	<u>70.324</u>	<u>421.654</u>	<u>(237.916)</u>	<u>(42.491)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do período	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
No fim do período	<u>4.495.283</u>	<u>2.705.591</u>	<u>418.788</u>	<u>214.415</u>
	<u>70.324</u>	<u>421.654</u>	<u>(237.916)</u>	<u>(42.491)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
E PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009**

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América e da Espanha. Atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de março de 2010.

□ Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) ou (“Cemig Geração e Transmissão”) (controlada – participação de 100,00%) subsidiária integral de capital aberto (possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólica e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais, e com capacidade instalada de 27 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em 2009.

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em agosto de 2009.

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada (informação não auditada pelos auditores independentes), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em setembro de 2009 (1ª unidade), em novembro de 2009 (2ª unidade), em março de 2010 (3ª unidade) e tem previsão para maio de 2010 da (4ª unidade).

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto – participação de 32,27%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Terna Serviços Ltda., que juntas possuem mais de 3.712 km (informação não revisada pelos auditores independentes) de linhas de transmissão de alta voltagem (de 230 a 500 Kv), integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Participação no capital de outras sociedades ligadas ao setor elétrico e será responsável pela oferta pública da aquisição das ações da TAESA em poder dos acionistas minoritários

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 28,8 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). A usina iniciou operações em abril de 2010.

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhões Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhões; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhões, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011, e totalizarão uma capacidade instalada de 44 MW (informação não revisada pelos auditores independentes).

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio através da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não revisada pelos auditores independentes) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada (informação não revisada pelos auditores independentes), localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em julho de 2010.

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará e com capacidade instalada de 42 MW (informação não revisada pelos auditores independentes). Previsão de entrada em operação em maio de 2010.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) ou (“Cemig Distribuição”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais atendendo a 6.911.509 consumidores em 31 de março de 2010 (informações não revisadas pelos auditores independentes);
- Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto – participação 25,53%) – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas

de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light S.A. é a controladora das seguintes empresas:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com 4,0 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- Light Energia S.A. ("Light Energia") - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos;
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. ("Light Esco") - Empresa que tem como atividade principal atuar no mercado de prestação de serviços de co-geração, projetos, administração e soluções tais como efficientização e definições de matrizes energéticas e comercialização de energia no mercado livre;
- Itaocara Energia Ltda. ("Itaocara Energia") - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a exploração e produção de energia elétrica;
- Lightger Ltda. ("Light Ger") e Lighthidro Ltda. ("Light Hidro") - Empresas em fase pré-operacional, ambas para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi.
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social ("Instituto Light") - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia para o social como empresa cidadã.
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (Lightcom) - Tem como objetivo a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia.

A Companhia está adquirindo participação acionária adicional na Light, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 15.

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom ("Cemig Telecom") (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 40,19%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 36,69%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 36,69%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 36,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Além disso, a EATE possui participação nas seguintes transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – “EBTE”, com participação de 51%, Sistema de Transmissão Catarinense – “STC”, com participação de 80% e Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica – “Lumitrans”, com participação de 80%.
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 13,37%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2008 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.
- Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2009:

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- Cemig Serviços – (controlada – participação de 100%) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Estas Informações Trimestrais – ITR's foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2009. Desta forma, estas ITR's devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº 35, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

As reclassificações efetuadas nos saldos de 31 de março de 2009 para fins de comparabilidade em função de alteração no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE estão a seguir discriminadas:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>
Outras despesas operacionais		Deduções da Receita	
Encargo de Aquisição Emergencial	4.788	Encargo de Aquisição Emergencial	(4.788)
	<u>4.788</u>		<u>(4.788)</u>

2.2) Aplicação das novas regras contábeis a partir de 2010

Com intuito de criar novas normas contábeis, que fazem parte da agenda conjunta da CVM e do CPC, em continuidade ao processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos IFRS iniciado em 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2009, com aplicações obrigatórias para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativas a 2009 para fins de comparabilidade, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis atualmente adotadas pela Companhia.

Entretanto, através da Deliberação nº 603, de 10 de novembro de 2009, a CVM facultou às companhias abertas apresentarem as suas informações trimestrais conforme as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009, desde que sejam adotadas as seguintes medidas:

- divulgar esse fato em nota explicativa nas ITR de 2010, com uma descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício, bem como uma estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado ou os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação dessa estimativa; e
- reapresentar as ITR de 2010, comparativamente com os de 2009 também ajustados às normas de 2010, pelo menos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010.

A Companhia postergará a adoção advindas dos CPC's vigentes a partir de 2010 em função da complexidade das alterações requeridas pelos novos pronunciamentos e também das discussões que estão sendo realizadas no que se refere a interpretação sobre os critérios de aplicação

desses pronunciamentos, entre os quais destacamos a Interpretação Técnica ICPC.01, que trata da contabilidade das concessões. A Companhia está participando das discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos específicos para aplicação no setor elétrico.

Até que haja um maior entendimento sobre a aplicação prática dos pronunciamentos, entendemos não ser possível ainda avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

As controladas e as controladas em conjunto adotaram o mesmo procedimento e não anteciparam a aplicação dos CPC's emitidos em 2009.

2.3) Receita de Transmissão – Critérios de Reconhecimento

Em 14 de outubro de 2009 a CVM, mediante decisão de seu Colegiado, determinou que as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica controladas pela Taesa alterem, a partir da primeira divulgação de ITR de 2010, o tratamento contábil a ser adotado na contabilização da receita, com efeitos retroativos em 2009 apenas para fins de comparabilidade, ficando a Taesa dispensada de qualquer refazimento de suas demonstrações contábeis referentes a exercícios anteriores.

Considerando que a Cemig GT e as empresas transmissoras do grupo TBE têm contratos de concessão de transmissão de energia similares aos da TAESA, também deveriam adotar os mesmos procedimentos determinados pela CVM.

A nova prática contábil determina que a receita seja contabilizada de forma linear para os contratos de concessão de transmissão de energia onde a receita nos primeiros 15 anos de operação é superior em 100% a receita dos últimos anos. Ou seja, a receita a maior recebida nos primeiros 15 anos seria diferida e somente transferida para o resultado após esse período, de forma que a receita seja distribuída uniformemente durante o período integral da concessão.

Em 4 de maio de 2010, a CVM, através do Ofício SEP/GEA- nº189/10 autorizou a não aplicação dessa nova prática para os ITR's a serem divulgados ao longo do exercício de 2010, podendo ser adotada somente a partir do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2010, conjuntamente dos demais pronunciamentos contábeis com vigência em 2010.

A Companhia está em processo de entendimento e cálculo dos efeitos contábeis decorrentes da aplicação dessa determinação da CVM, tendo em vista que os critérios de reconhecimento de receita poderão ser também impactados pela adoção da Interpretação Técnica ICPC.01, que trata da contabilidade das concessões.

2.4) Critério de consolidação das Informações Trimestrais

Foram consolidadas as informações trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As referências efetuadas nestas informações trimestrais das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As informações trimestrais da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para reais com base na última cotação do trimestre, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é o Real.

As datas das informações trimestrais das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as informações trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas informações trimestrais são regularmente revisadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	31/03/2010	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-
Controladas diretas da Cemig GT			
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00
Ganhães Energia	Proporcional	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	Proporcional	-	32,27
Transmissora Alterosa de Energia	Proporcional	-	49,00
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-
Rosal Energia	Integral	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	Integral	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-
Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG	Proporcional	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-
Light S.A.	Proporcional	25,53 (*)	-
Controladas diretas da Light S.A.			
Light SESA	Integral	-	25,53
Light Energia	Integral	-	25,53
Light Esco	Integral	-	25,53
Light Ger	Integral	-	25,53
Light Hidro	Integral	-	25,53
Instituto Light	Integral	-	25,53
Itacoara Energia	Integral	-	25,53
Lightcom	Integral	-	25,53
Transchile	Proporcional	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	36,35	-
Controladas diretas da EATE			
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	29,08
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica – LUMI	Integral	-	29,08
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	18,54
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	40,19	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	13,37	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	Proporcional	49,00	-

(*) A partir de 25/03/2010

3) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	175.366	111.056	4.418	21.817
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	4.091.548	4.104.763	413.166	634.373
Letras Financeiras do Tesouro	56.188	90.211	459	170
Letras do Tesouro Nacional	43.486	7.284	-	180
Outros	128.695	111.645	745	164
	4.319.917	4.313.903	414.370	634.887
	4.495.283	4.424.959	418.788	656.704

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante e não Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Fornecimento Faturado	2.011.619	1.832.537	47.287	51.114
Fornecimento não Faturado	815.152	649.313	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	62.684	62.215	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(472.444)	(388.735)	(47.287)	(51.114)
	2.417.011	2.155.330	-	-

Encontra-se registrado no Ativo não Circulante o valor de R\$89.945 em 31 de março de 2010 referente créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – (Nota nº 6)	148.064	227.444
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – (Nota nº 7)	45.175	46.028
PIS/COFINS e PASEP – (Nota nº 14)	-	46.240
Despesas Antecipadas – CVA – (Nota nº 9)	420.742	954.288
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.360	3.938
Descontos TUSD Fonte Incentivada	14.706	9.536
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	13.309	18.930
Subvenção Baixa Renda	128.088	24.379
Revisão Tarifária da Transmissão – Parcela de Ajuste – (Nota nº 8)	101.169	119.279
Descontos Concedidos a Irrigantes	3.972	2.146
Outros Ativos Regulatórios	20.908	7.347
	899.493	1.459.555
Passivos		
Energia Livre – Ressarcimento a Geradoras	(43.725)	(36.952)
Compra de Energia durante o Racionamento	-	(122)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – (Nota nº 9)	(591.282)	(884.515)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(289)	(3.320)
Ajuste Financeiro referente a Revisão Tarifária 2008	(2.031)	(28.146)
Ajuste na Empresa de Referência	(3.114)	(43.156)
Outros Passivos Regulatórios	(3.396)	(10.762)
	(643.837)	(1.006.973)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – (Nota nº 19)	(78.109)	(73.098)
	(721.946)	(1.080.071)
Total	177.548	379.484

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores da classe residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- ❑ Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- ❑ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”).

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008, sendo que a Cemig D realizou baixa como perda de R\$348.819 em função desse prazo não ter sido suficiente para recebimento do total dos ativos referentes a perdas com o racionamento. A Light SESA registrou uma baixa como perdas no valor de R\$72.862.

Também em função do término do prazo de vigência da RTE, a Cemig D e a Light SESA efetuaram baixa dos valores a serem recolhidos para repasse aos geradores, no montante de R\$360.783. Esta baixa não afetou o resultado do exercício, tendo em vista que foi também baixado, de forma simultânea, o passivo correspondente.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continua em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da taxa SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores transferidos são conforme abaixo:

<u>Valores transferidos para a despesa</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2009</u>
Energia Comprada para Revenda	50.113	45.408
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	22.190	20.107
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	2.217	2.009
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	856	775
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	5.731	5.193
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.968	1.784
Conexão – Realização Parcela “A”	121	110
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	208	188
	83.404	75.574

Os valores a serem recebidos referentes à Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Ativo Circulante – Cemig Distribuição S.A	148.064	227.444

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Ativo Circulante		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	45.175	46.028

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Revisão dos valores pela ANEEL

Em 12 de janeiro de 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 387 em que estabeleceu que os saldos da Energia Livre (direito dos geradores) e da Perda de Receita (direito das distribuidoras), após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento das distribuidoras deverão ser recalculados através de uma nova metodologia.

O repasse final da Energia Livre corresponderá ao somatório das diferenças mensais, positivas ou negativas, entre os repasses financeiros da Energia Livre, efetuados conforme critérios definidos nessa nova metodologia, e os repasses já efetivamente realizados, acrescidas da remuneração financeira pela Taxa Selic, desde a data da ocorrência da diferença até a data de encerramento da cobrança da RTE nas tarifas de fornecimento.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da taxa SELIC acrescido de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 23.

8) – REVISÃO TARIFÁRIA DA TRANSMISSÃO

A primeira revisão tarifária da transmissão da Cemig GT foi aprovada pela diretoria da ANEEL em 17 de junho de 2009 na qual a Agência fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Dessa forma, foi estabelecido pela ANEEL um componente financeiro de R\$158.090 a ser pago a Cemig GT por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009. A primeira parcela de R\$85.732 foi incorporada no reajuste do ciclo 2009/2010 e a segunda parcela de R\$72.358 será compensada no reajuste 2010/2011.

À medida que os valores da PA são recebidos na tarifa, a Cemig GT transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. A movimentação da PA está demonstrada conforme abaixo:

Composição Total da Parcela de Ajuste

	Saldo em 31/12/2009	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 31/03/2010
Rede Básica	93.866	1.559	(17.335)	78.090
Fronteira	10.076	170	(1.897)	8.349
DIT – Demais Instalações de Transmissão	15.337	(607)	-	14.730
	119.279	1.122	(19.232)	101.169
Circulante	75.813			77.746
Não Circulante	43.466			23.423

Como previsto no contrato de concessão da Cemig GT, os cálculos da revisão foram feitos sobre toda a base de ativos de transmissão da Cemig GT e não apenas dos ativos referentes às novas instalações.

9) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Cemig Distribuição	(206.793)	40.491
Light	36.253	29.282
	(170.540)	69.773
Ativo Circulante	367.774	754.373
Ativo Não Circulante	52.968	199.915
Passivo Circulante	(520.176)	(656.404)
Passivo Não Circulante	(71.106)	(228.111)
Valores Líquidos	(170.540)	69.773

10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	228.735	222.093	3.820	3.806
Imposto de Renda	498.226	400.518	-	-
Contribuição Social	160.029	129.807	-	-
PASEP	19.182	21.894	3	-
COFINS	91.291	101.785	12	-
Outros	20.141	17.883	2.570	4.402
	1.017.604	893.980	6.405	8.208
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	79.377	70.408	426	426
Imposto de Renda	85.488	101.304	83.862	100.054
Contribuição Social	18.435	11.415	18.435	11.415
PASEP/COFINS	42.420	44.792	-	-
	225.720	227.919	102.723	111.895
	1.243.324	1.121.899	109.128	120.103

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime

cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados nos exercícios, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2010.

11) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -		-		
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	145.157	93.571	3.982	5.259
Provisão para Contingências	177.037	151.263	92.645	94.204
Obrigações Pós-Emprego	81.393	83.778	2.907	2.584
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	182.302	139.730	16.078	16.078
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	4.348	4.926	-	-
Instrumentos Financeiros	51.439	51.031	-	-
Variação Cambial	123.549	118.320	-	-
Revisão Tarifária da Distribuição 2009	1.694	23.480	-	-
Outros	38.500	47.936	559	1.320
	805.419	714.035	116.171	119.445
Ativo Circulante	158.002	141.889	16.521	7.525
Ativo Não Circulante	647.417	572.146	99.650	111.920

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2010, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2010	142.465	10.356
2011	171.069	24.661
2012	163.412	27.081
2013	157.709	27.081
2014	94.268	25.487
2015 a 2017	60.219	925
2018 e 2019	16.277	580
	805.419	116.171

A Controladora possui, em 31 de março de 2010, créditos tributários não reconhecidos em suas informações trimestrais, no montante de R\$409.367.

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 13). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$408.320.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	668.659	571.885	425.898	331.221
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(227.344)	(194.339)	(144.805)	(112.615)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	142.165	122.311
Participação dos Empregados no Resultado	12.703	9.386	163	307
Contribuições e Doações Indedutíveis	(758)	(735)	(82)	(82)
Incentivo Fiscal	9.564	2.778	50	7
Créditos Fiscais não Reconhecidos	589	709	30	29
Amortização de Ágio	(2.787)	(1.387)	(2.787)	(1.387)
Acerto DIPJ ano anterior Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(12.369)	-	-
Outros	(5.337)	8.058	(930)	(2.647)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(213.370)	(187.999)	(6.196)	5.923

Adesão da Light ao novo REFIS (Lei nº 11.941/09)

Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada indireta LIGHT SESA aprovou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao Novo Refis foram a redução de juros e multas no montante de R\$128.921, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

O montante inicial incluído no Refis foi de R\$585.639. Visto que R\$262.428 foram compensados com prejuízos fiscais, o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$323.211.

A Light vem procedendo aos pagamentos mínimos de cem reais mensais conforme disposição legal, acrescidos do pagamento das parcelas oriundas da migração do PAES – Previdenciário (REFIS II), no valor consolidado de R\$1.752, uma vez que aguarda intimação da Receita Federal do Brasil para a devida consolidação. A variação do saldo explica-se pela atualização da SELIC no período, no montante de R\$6.252, além do valor pago ao PAES – Previdenciário.

12) – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os depósitos vinculados a litígio referem-se principalmente a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio relativos às obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Trabalhista	176.968	193.406	28.169	28.169
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	13.714	13.714	-	-
PIS/COFINS	372.704	296.794	-	-
Outros	8.775	5.627	3.586	3.586
Outros	144.370	118.026	63.707	63.706
	716.531	627.567	95.462	95.461

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 19.

13) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de março de 2010 a R\$ 4.448.517.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$92.476, a valores de 31 de março de 2010.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de março de 2010, já haviam sido amortizadas de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2010.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

<u>Descrição da Meta</u>	<u>Índice Requerido</u>
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

Os covenants estatutários descritos acima foram atendidos em 31 de março de 2010.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 1º trimestre de 2010 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.823.644
Atualização monetária das quotas seniores	21.342
Atualização monetária das quotas subordinadas	18.995
Amortização das quotas seniores	(76.876)
Saldo em 31 de março de 2010	<u>1.787.105</u>
Composição do FIDC em 31 de março de 2010	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	895.472
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	886.884
- Dividendos retidos pelo Fundo	4.749
	<u>891.633</u>
TOTAL	<u>1.787.105</u>

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2009. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$207.382 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$134.799 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

14) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Desta forma, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida reduziu a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

Em função da não inclusão, pela ANEEL, desse ativo no Reajuste Tarifário de 2010 e da incerteza quanto à realização desse ativo nos reajustes tarifários subsequentes, a Companhia decidiu por baixar o valor contra o resultado do exercício, correspondente a R\$46.240, em março de 2010.

15) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.820.271	3.562.899
Cemig Distribuição	-	-	2.728.028	2.645.124
Light	-	-	764.791	377.062
Cemig Telecom	-	-	281.513	276.043
GASMIG	-	-	415.122	430.482
Rosal Energia	-	-	58.214	52.424
Sá Carvalho	-	-	51.590	45.413
Horizontes Energia	-	-	69.046	67.154
Usina Térmica Ipatinga	-	-	33.422	31.699
Cemig PCH	-	-	37.002	33.042
Cemig Capim Branco Energia	-	-	20.153	14.931
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	15.775	15.725
UTE Barreiro	-	-	4.468	4.584
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	9.902	9.936
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	492	486
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	7.613	7.551
Transchile	-	-	26.707	27.627
Efficientia	-	-	6.901	6.577
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	5.848	5.594
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	16.689	16.689
Cemig Trading	-	-	30.700	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	39.578	41.560
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	64.025	72.628
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	10.728	14.468
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	142.193	167.806
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	7.434	9.565
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.454	2.574
Cemig Serviços	-	-	98	99
	-	-	8.670.757	7.939.934
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	26.246	27.628
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	62.513	63.253
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	93.506	94.539
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	22.649	22.900
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	365.941	370.274
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	14.615	14.792
Ágio na Aquisição de Participação na Light	-	-	344.098	-
Em Outros Investimentos	23.559	25.955	3.505	7.065
	<u>23.559</u>	<u>25.955</u>	<u>933.073</u>	<u>600.451</u>
	<u>23.559</u>	<u>25.955</u>	<u>9.603.830</u>	<u>8.540.385</u>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2010			Janeiro a março de 2010	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	3.820.271	-	256.153
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.728.028	-	82.904
Light	203.934.060	25,53	2.225.822	2.995.361	-	120.550
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	281.513	-	5.535
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	58.214	-	5.790
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	51.590	-	6.177
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	752.134	55.012	21.646
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	69.046	-	1.892
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	33.422	160	1.714
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	37.002	23	3.960
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	20.153	-	5.222
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	63.099	3.063	2.520
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.468	-	684
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	41.262	1.852	1.316
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	492	-	6
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	31.073	1.567	1.431
Transchile	33.340.000	49,00	62.852	54.504	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.901	-	324
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.848	-	255
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	34.059	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	30.700	-	(4.353)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	82.039	98.479	13.142	8.614
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	144.863	174.507	39.670	16.817
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	29.243	15.729	3.198
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	323.579	391.135	103.939	34.135
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	55.618	22.999	6.369
Axiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.009	-	(244)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	98	-	(1)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2009			Janeiro a março de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.713.552	-	232.413
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.516.345	-	40.334
Rio Minas Energia (Light)	709.309.572	25,00	709.309	1.244.604	-	92.142
Cemig Serviços	381.023.385	100,00	225.082	270.218	-	6.385
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	95.662	-	4.407
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	101.901	-	6.488
GASMIG	409.255.000	55,19	474.497	595.003	-	18.399
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	68.507	-	1.769
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.831	-	2.554
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	55.633	-	3.371
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	62.878	-	7.947
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	58.516	-	2.636
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	997	-	275
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	35.416	-	1.420
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	477	-	(9)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	25.710	-	1.098
Transchile	27.840.000	49,00	61.563	69.675	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	7.822	-	1.509
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	155.697	-	5.573
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.331	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	2.766	-	2.574
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	19,26	69.569	93.117	-	6.430
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	179.258	547	11.728
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.919	-	3.100
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	17,17	273.469	364.609	-	27.516
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	68.560	-	5.792
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	4.955	-	(486)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2009	Equivalência Patrimonial	Aportes / Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31.03.2010
Cemig Geração e Transmissão	3.562.899	256.153	-	-	1.219	3.820.271
Cemig Distribuição	2.645.124	82.904	-	-	-	2.728.028
Cemig Telecom	276.043	5.535	-	-	(65)	281.513
Rosal Energia	52.424	5.790	-	-	-	58.214
Sá Carvalho	45.413	6.177	-	-	-	51.590
GASMIG	430.482	11.947	-	(30.363)	3.056	415.122
Horizontes Energia	67.154	1.892	-	-	-	69.046
Usina Térmica Ipatinga	31.699	1.714	-	-	9	33.422
Cemig PCH	33.042	3.960	-	-	-	37.002
Cemig Capim Branco Energia	14.931	5.222	-	-	-	20.153
Companhia Transleste de Transmissão	15.725	630	-	(766)	186	15.775
UTE Barreiro	4.584	684	-	-	(800)	4.468
Companhia Transudeste de Transmissão	9.936	316	-	(444)	94	9.902
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486	6	-	-	-	492
Companhia Transirapé de Transmissão	7.551	281	-	(383)	164	7.613
Transchile	27.627	(961)	-	-	41	26.707
Efficientia	6.577	324	-	-	-	6.901
Central Termelétrica de Cogeração	5.594	255	-	-	(1)	5.848
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	16.689	-	-	-	-	16.689
Light	377.062	15.711	374.420	-	(2.402)	764.791
Cemig Trading	192	(4.353)	-	-	34.861	30.700
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	41.560	3.462	162	(5.282)	(324)	39.578
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	72.628	6.170	-	(14.555)	(218)	64.025
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	14.468	1.173	-	(5.771)	858	10.728
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	167.806	12.409	1.113	(37.782)	(1.353)	142.193
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	9.565	851	-	(3.075)	93	7.434
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.574	(120)	-	-	-	2.454
Cemig Serviços	99	(1)	-	-	-	98
	7.939.934	418.131	375.695	(98.421)	35.418	8.670.757

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela Rio Minas Energia ("RME") e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$75.002) foi incorporado ao patrimônio da Companhia após a cisão da RME, e está apresentado nas informações trimestrais consolidadas como Passivo não Circulante, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Ágios nas aquisições de Participações

Os ágios nas aquisições das empresas adquiridas pela Companhia correspondem à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da rentabilidade futura em função da exploração das concessões, no prazo previsto pelo regulador. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

d) Fechamento da operação de compra de ações da LIGHT

Foi realizado em 25 de março de 2010 o pagamento referente à aquisição pela Cemig de 25.494.500 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões (“AGC”), representando 12,50% do capital total e votante da Light. O preço pago pela Cemig referente à compra das ações foi de R\$718.518, correspondendo a R\$29,54 por ação, valor resultante da correção do preço estipulado no Contrato pela Taxa CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a presente data, e dedução dos dividendos de R\$2,12 por ação declarados pela Light na Assembléia Geral Ordinária concluída em 24 de março de 2010.

O Contrato prevê, além das ações pagas nesta data, a aquisição, pela Cemig, de adicionais 1.081.649 ações ordinárias de emissão da Light, representando, aproximadamente, 0,53% do capital total e votante da Light, de titularidade da AGC, até o dia 21 de setembro de 2010. O preço correspondente aos 0,53% do capital total da Light é de R\$31.949, sendo que este valor será também corrigido pela Taxa CDI desde 1º de dezembro de 2009 até a data do pagamento, e dele serão deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou declarados pela Light nesse período.

Adicionalmente, também está previsto no Contrato a cessão das ações adquiridas a uma afiliada da Cemig ou a terceiros.

A Companhia apurou um ágio nesta operação no valor de R\$344.098, decorrente da rentabilidade futura da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador.

Opção de compra adicional de ações da LIGHT

A Cemig, caso a opção de venda seja exercida, adquirirá a totalidade das cotas do fundo LUCE INVESTMENT FUND, que detém 75% das quotas do LUCE BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES. Desta forma, a Cemig estará adquirindo 19.932.112 (dezenove milhões, novecentas e trinta e duas mil, cento e doze) ações ordinárias de emissão da Light S.A, representando 9,75% (nove vírgula setenta e cinco por cento) do seu capital total e votante pelo preço de US\$340.455.675,00 (trezentos e quarenta milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América), dos quais serão deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou declarados pela Light S.A. a partir de 01 de dezembro de 2009 até o exercício da opção, se houver.

A Opção poderá ser exercida a qualquer momento dentro do período compreendido entre o dia 1º de outubro de 2010 e o dia 6 de outubro de 2010 e, caso seja exercida, acarretará a obrigação da Cemig, ou de terceiro por ela indicado, de adquirir a totalidade das quotas do LUCE Fund. O fechamento dessa operação está condicionado ao atendimento de determinados requisitos contratualmente estabelecidos, bem como à aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, nos casos em que for necessário, dos demais agentes financiadores e debenturistas da Light e de suas controladas.

16) – IMOBILIZADO

	Consolidado			
		31/03/2010		31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	24.547.504	(10.448.961)	14.098.543	13.611.304
Distribuição	12.018.490	(5.551.778)	6.466.712	6.091.836
Geração	8.658.483	(3.415.464)	5.243.019	5.157.953
Transmissão	2.971.986	(979.798)	1.992.188	1.972.941
Administração	390.697	(270.558)	120.139	109.049
Telecomunicações	393.406	(196.582)	196.824	198.513
Gás	114.442	(34.781)	79.661	81.012
Em Curso	3.063.405	-	3.063.405	2.780.057
Distribuição	1.375.795	-	1.375.795	1.180.437
Geração	840.082	-	840.082	822.107
Transmissão	385.624	-	385.624	375.983
Administração	64.256	-	64.256	77.068
Telecomunicações	29.301	-	29.301	25.365
Gás	368.347	-	368.347	299.097
Total do Imobilizado	27.610.909	(10.448.961)	17.161.948	16.391.361
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.790.620)	240.943	(2.549.677)	(2.528.604)
Imobilizado Líquido	24.820.289	(10.208.018)	14.612.271	13.862.757

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o poder concedente pagará à Concessionária.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$6.401 em 31 de março de 2010 (R\$7.453, em 31 de dezembro de 2009).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêm que ao final do prazo de cada concessão o poder concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Adicionalmente, e em função do controle da base remuneratória, a qual é superior aos valores reconhecidos contabilmente, a Companhia entende ser uma evidência que não há indício de necessidade de constituição de provisão.

17) – INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço – Vida Útil Definida	12.465	(11.888)	577	873
Vida Útil Definida	12.465	(11.888)	577	873
Direito de uso de softwares	2.950	(2.936)	14	30
Marcas e Patentes	5	(1)	4	4
Direito Exploração de Concessão Serviço	9.510	(8.951)	559	-
Cemig Telecom S.A	-	-	-	839
Em Curso	863	-	863	671
Ativos em formação	863	-	863	671
Total Intangível Controladora	13.328	(11.888)	1.440	1.544
	CONSOLIDADO			
	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço – Vida Útil Definida	2.411.905	(424.713)	1.987.192	1.653.921
Direito de uso de softwares	438.071	(244.796)	193.275	170.180
Marcas e Patentes	27	(4)	23	32
Servidão	52.310	(3.033)	49.277	62.195
Direito Exploração de Concessão Serviço				
Cemig Telecom S.A	9.510	(8.951)	559	839
Central Eólica Praias de Parajuru S.A	30.894	(1.092)	29.802	30.070
Central Eólica Praias do Morgado S.A	42.593	-	42.593	43.843
Central Eólica Volta do Rio S.A	28.548	-	28.548	30.808
EATE	397.333	(31.392)	365.941	370.274
ECTE	16.062	(1.447)	14.615	14.792
ENTE	101.170	(7.664)	93.506	94.539
ETEP	68.007	(5.495)	62.512	63.253
ERTE	24.445	(1.796)	22.649	22.900
Rosal Energia S.A	55.256	(29.010)	26.246	27.628
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	711.455	(33.048)	678.407	684.545
Light S.A.	344.098	-	344.098	-
UTE Ipatinga S.A	84.585	(56.224)	28.361	29.853
Outros	7.541	(761)	6.780	8.170
Em Curso	86.509	-	86.509	57.654
Ativos em formação	86.509	-	86.509	57.654
Total Intangível	2.498.414	(424.713)	2.073.701	1.711.575

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL 367/09.

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	159.294	148.645	-	-
Furnas	22.964	55.540	-	-
CCEE	29.471	36.276	-	-
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	43.725	36.952	-	-
Outros	355.049	240.947	-	-
	610.503	518.360	-	-
Materiais e Serviços	313.958	333.835	15.148	14.275
	924.461	852.195	15.148	14.275

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	157.219	90.458	2.017	-
Contribuição Social	56.551	35.168	771	-
ICMS	304.520	293.189	18.091	18.091
COFINS	73.471	60.083	-	9.931
PASEP	18.142	16.717	-	2.156
INSS	23.100	19.397	1.588	1.522
Outros	22.388	28.770	1.002	1.138
	655.391	543.782	23.469	32.838
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	38.628	45.469	-	-
Contribuição Social	13.906	16.386	-	-
COFINS	8.228	9.238	-	-
PASEP	1.787	2.005	-	-
	62.549	73.098	-	-
	717.940	616.880	23.469	32.838
Não Circulante				
Imposto de Renda	178.070	137.847	-	-
Contribuição Social	36.420	35.381	-	-
COFINS	323.742	276.558	-	-
PASEP	70.286	60.043	-	-
Outros	977	976	-	-
	609.495	510.805	-	-
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	68.207	65.122	-	-
Contribuição Social	24.555	23.442	-	-
COFINS	2.734	2.734	-	-
PASEP	594	594	-	-
	96.090	91.892	-	-
	705.585	602.697	-	-

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate, além dos ajustes de instrumentos financeiros ao valor justo implementados pela mudança na Lei das S.A, a serem revertidos a medida de sua realização.

As obrigações diferidas não circulantes de PASEP/COFINS referem-se substancialmente a ativos e passivos vinculados a questões regulatórias, os quais são devidos a medida da realização desses.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2010			2009
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
FINANCIADORES							
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6,00	US\$	23.747	66.788	90.535	87.205
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	10.769	58.803	69.572	66.775
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.712	2.682	5.394	7.146
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	10.478	-	10.478	10.170
KFW	2016	4,50	EURO	1.713	9.528	11.241	11.577
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	4.170	22.367	26.537	13.010
Santander do Brasil S.A. (13)	2010	Diversas	US\$	9.551	-	9.551	9.583
Banco do Brasil S.A. (13)	2010	5,93	US\$	2.438	-	2.438	2.429
Banco Inter Americano del Desarrollo (13)	2026	2,12	US\$	30.720	-	30.720	31.583
Outros	2019	Diversas	Diversas	11.856	27.504	39.360	11.788
Dívida em Moeda Estrangeira				108.154	187.672	295.826	251.266
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.182	-	75.182	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	43.840	79.214	123.054	120.376
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	278.686	502.785	781.471	764.460
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	33.558	81.958	115.516	112.767
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	10.894	126.000	136.894	133.978
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	44.661	1.200.000	1.244.661	1.219.007
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	93.446	225.648	319.094	311.459
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	951	2.605	3.556	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	55.677	-	55.677	54.427
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.036	75.987	103.023	102.460
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.142	117.004	124.146	124.159
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	1.365	1.865	1.821
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	118.914	282.940	401.854	392.289
Bradesco S.A. (23)	2010	113,00 do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	8.457	238.816	247.273	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	38.161	38.161	37.053
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	26.654	308.733	335.387	318.699
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	10.042	453.901	463.943	445.946
Debêntures (28)	2012	CDI + 0,90	R\$	9.248	1.582.774	1.592.022	-
Debêntures (28)	2015	IPCA + 7,68	R\$	5.158	1.166.212	1.171.370	-
ELETRORÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.391	33.043	45.434	48.265
ELETRORÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	51.322	308.383	359.705	353.341
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	21.293	59.755	81.048	80.655
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	94.732	231.964	326.696	318.879
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	19.265	-	19.265	37.851
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	25.284	55.190	80.474	78.548
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	146.133	749.339	895.472	951.005
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais(25)	2025	10,00	R\$	691	8.879	9.570	9.731
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.048	25.501	27.549	28.232
UNIBANCO S.A (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	517	6.438	6.955	7.152
Debêntures I e IV (10)	2015	TJLP + 4,00	R\$	5	21	26	1.063
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	21.673	217.688	239.361	124.539
Debêntures VI (10)	2011	115% do CDI	R\$	2.406	75.751	78.157	38.890
CCB Bradesco S.A (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	4.758	114.896	119.654	59.738
ABN AMRO Real S.A. (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	20.610	-	20.610	10.765
Banco Itaú – BBA S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	38	412	450	6.769
BNDES – FINEM (10)	2019	TJLP	R\$	22.150	113.076	135.226	71.554
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	456	4.801	5.257	6.709
UNIBANCO S.A (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	564	5.928	6.492	2.261
UNIBANCO S.A. (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	476	3.289	3.765	4.364
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	137.403	137.403	134.660
Debêntures (17)	2013	IPCA	R\$	-	167.514	167.514	161.824
BNDES – Repasse	2033	TJLP	R\$	-	173.826	173.826	108.562
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2022	Diversas	R\$	43.967	212.371	256.338	273.913
BNDES (18)	2024	TJLP + 2,50	R\$	-	25.248	25.248	25.248
CEF S.A (19)	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.890	59.394	65.284	64.170
CEF S.A (20)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.104	50.613	55.717	56.122
CEF S.A (21)	2022	TJLP + 3,50	R\$	8.073	82.751	90.824	88.957
BNDES (22)	2018	Diversas	R\$	32.866	236.765	269.631	303.833
Sindicato de Bancos (22)	2013	CDI + 0,90	R\$	5.313	14.376	19.689	-
Sindicato de Bancos (22)	2010	113% do CDI	R\$	184.598	-	184.598	180.472
BNDES (24)	2016	TJLP + 3,12	R\$	373	140.189	140.562	123.052
BNDES (26)	2019	TJLP + 4,50	R\$	254	6.504	6.758	-
BNDES (26)	2024	TJLP + 2,56	R\$	1.782	69.229	71.011	-
Debêntures (27)	2012	TJLP	R\$	-	32.672	32.672	-
Outros	2025	Diversas	R\$	7.619	29.325	36.944	78.056
Dívida em Moeda Nacional				1.592.697	9.936.637	11.529.334	11.041.681
Total Geral Consolidado				1.700.851	10.124.309	11.825.160	11.292.947

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº13;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (13) Financiamento da Transchile.
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE;
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia.
- (18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.a..
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.
- (22) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (23) Nota Promissória da Companhia
- (24) Empréstimos e financiamentos da GASMIG
- (25) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transleste
- (26) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (27) Empréstimos e financiamentos da Cemig Telecomunicações
- (28) Debêntures Simples, não conversíveis em ações,

Em 03 de março de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.700.000, destinada ao pré pagamento da 3ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers). As debêntures da primeira série, no montante de R\$1.586.058 (valor atualizado de 09 de março de 2010), têm prazo de vencimento de 24 meses a contar da data de emissão e remuneração de taxa DI mais Spread de 0,90%. As debêntures de segunda série, no montante de R\$1.162.222 (valor atualizado de 10 março de 2010) têm prazo de vencimento de 60 meses a contar da data de emissão e remuneração de juros de 7,6796% ao ano. Essas debêntures contam com o aval da sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido os contratos de empréstimos com as Centrais Eólicas Praia de Parajuru, Praia de Morgado e Volta do Rio, no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	101.226	34.130	31.058	27.988	2.938	196	196	52.725	250.457
Euro	3.084	4.270	2.929	1.588	1.588	1.588	1.588	-	16.635
UMBNDDES (**)	1.735	4.111	4.349	4.349	4.349	4.349	4.349	1.143	28.734
	106.045	42.511	38.336	33.925	8.875	6.133	6.133	53.868	295.826
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	15.812	1.227	109.496	58.630	-	1.317.512	151.300	151.301	1.805.278
Unidade Fiscal de Referência – UFIR/RGR	37.356	56.695	53.228	47.582	46.259	40.074	30.905	48.488	360.587
Certificado Depósito Interbancário – CDI	1.258.330	1.113.253	2.834.502	1.109.172	656.604	252.868	21.481	25.433	7.271.643
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.293	12.391	12.391	11.359	-	-	-	-	45.434
URTJ (*)	98.030	154.678	170.904	171.308	178.231	154.972	118.501	517.954	1.564.578
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	29.438	2.508	2.508	2.508	311.203	1.466	1.349	47.746	398.726
UMBNDDES (**)	6.656	9.583	9.583	9.576	9.501	9.214	3.720	483	58.316
Taxa Referencial – TR	20.652	-	-	-	375	94	-	-	21.121
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	1.555	-	378	412	412	334	187	373	3.651
	1.477.122	1.350.335	3.192.990	1.410.547	1.202.585	1.776.534	327.443	791.778	11.529.334
	1.583.167	1.392.846	3.231.326	1.444.472	1.211.460	1.782.667	333.576	845.646	11.825.160

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 31/03/2010	Indexadores	Varição no trimestre findo em 31/03/2010
	%		%
Dólar Norte-Americano	2,29	IGP-M	2,78
Euro	(3,98)	FINEL	0,55
		CDI	1,99

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo no início do exercício de 2010	11.292.947	78.548
Saldo inicial de controladas adquiridas em 2010	289.070	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.196.654	-
Custos incorridos na captação	264	-
Varição monetária e cambial	56.957	-
Custos a apropriar	(286)	-
Encargos financeiros provisionados	235.552	1.926
Encargos financeiros pagos	(133.335)	-
Encargos capitalizados	1.150	-
Ajuste a Valor Presente	(2.038)	-
Amortização de financiamentos	(3.111.775)	-
Saldo em 31/03/2010	11.825.160	80.474

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) sendo as principais como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, uma não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/03/2010
Cemig Geração e Transmissão		
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	59,86%

A Companhia obteve dos credores o consentimento de que não irão exercer seu direito de exigir os pagamentos imediatos ou antecipados dos montantes devidos até 31 de março de 2010. Os financiamentos estão classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	35.949	36.716
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	40.687	12.341
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.693	36.306
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.918	3.703
Eficiência Energética	209.412	185.857
Pesquisa e Desenvolvimento	194.964	175.209
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.759	2.731
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.282	6.838
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	3.195	15.629
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	5.917	-
	541.983	476.537
Passivo Circulante	363.806	324.234
Passivo Não Circulante	178.177	152.303

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.767.140, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do

empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”), no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. A conclusão do processo de separação do plano de saúde está prevista para 2010 e serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$900.145 em 31 de março de 2010 (R\$903.516 em 31 de dezembro de 2009) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371/00 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nesta nota explicativa.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$965.998 em 31 de março de 2010 (R\$956.430 em 31 de dezembro de 2009). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25,53% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	288.381	124.647	373.360	19.307	467.292	1.272.987
Despesa Reconhecida no Resultado	6.681	5.041	17.657	1.045	11.383	41.807
Contribuições Pagas	(33.728)	(5.803)	(10.722)	(191)	(2.510)	(52.954)
Aquisição de participação acionária na Light	-	122.759	-	-	-	123.591
Passivo Líquido em 31 de março de 2010	261.334	246.644	380.295	20.161	476.165	1.384.599
Passivo Circulante	82.471	24.151	-	-	-	106.622
Passivo Não Circulante	178.863	222.493	380.295	20.161	476.165	1.277.977

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ					
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009		13.703	17.683	934	19.906	52.226
Despesa Reconhecida no Resultado		505	1.764	89	778	3.136
Contribuições Pagas		(1.721)	(548)	(10)	(127)	(2.406)
Passivo Líquido em 31 de março de 2010		12.487	18.899	1.013	20.557	52.956
Passivo Circulante		4.101	-	-	-	4.101
Passivo Não Circulante		8.386	18.899	1.013	20.557	48.855

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R\$179.824 (R\$178.149 em 31 de dezembro de 2009), líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 31/03/2010
	Saldo Líquido em 31/12/2009 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	102.358	26.301	(15)	128.644	(11.633)	117.011
Cíveis						
Danos Pessoais	26.585	3.614	(252)	29.947	-	29.947
Majoração Tarifária	70.023	13.050	(11.330)	71.743	(30.184)	41.559
Ambiental	9.077	1.080	-	10.157	-	10.157
Outras	129.913	32.598	(3.325)	159.186	(30.124)	129.062
Fiscais						
FINSOCIAL	21.533	59	-	21.592	(1.615)	19.977
PIS/COFINS	2.020	1.244	-	3.264	-	3.264
ICMS	15.165	15.229	-	30.394	-	30.394
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.493	1.141	-	86.634	-	86.634
INSS	9.071	7.773	-	16.844	(9.323)	7.521
Outras	16.978	1.390	-	18.368	(6.259)	12.109
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	73.811	4.158	(596)	77.373	(6.072)	71.301
Total	562.027	107.637	(15.518)	654.146	(95.210)	558.936

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 31/03/2010
	Saldo Líquido em 31/12/2009 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	72.890	5.324	-	78.214	(9.120)	69.094
Cíveis						
Danos Pessoais	19.724	3.614	-	23.338	-	23.338
Majoração Tarifária	55.036	-	(11.330)	43.706	(30.184)	13.522
Outras	88.567	-	(3.325)	85.242	(23.182)	62.060
Fiscais						
FINSOCIAL	21.533	59	-	21.592	(1.615)	19.977
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.308	1.141	-	86.449	-	86.449
INSS	1.148	17	-	1.165	-	1.165
Outras	15.702	236	-	15.938	(6.259)	9.679
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	24.003	880	-	24.883	(6.072)	18.811
Total	383.911	11.271	(14.655)	380.527	(76.432)	304.095

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões

judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração é de R\$310.482 sendo que a perda considerada como provável foi integralmente provisionada, no valor de R\$71.743 (R\$70.023 em 31 de dezembro de 2009).

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia nessa matéria obteve decisão parcialmente favorável em acórdão do Tribunal de Justiça, determinando que os seus créditos originados dessa ação fossem atualizados pela TR mais 2,00% desde 1991, o que implicaria em um desembolso de R\$240.459 pela Companhia. A CEMIG apresentará recurso contra esta decisão, de forma a questionar o valor mencionado e considera, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que a possibilidade de perda no valor mencionado é possível. Adicionalmente, entende que a perda provável nessa ação e que foi objeto de provisionamento das Demonstrações Financeiras é de R\$14.969.

(c) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$25.116 (R\$11.474 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$86.437 (R\$85.308 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(e) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$15.679.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$49.017.

(g) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina

Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$7.767.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2009 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

Entre as causas cíveis destaca-se a ação indenizatória ocasionada por incêndio em pastagem de propriedade rural, decorrente do rompimento de cabo de energia elétrica, cuja perda provável no montante de R\$35.062 encontra-se integralmente provisionada.

(i) **Ações com avaliação de perda possível ou remota**

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(I) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$332.198, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de março de 2010, de R\$300.702 (R\$298.220 em 31 de dezembro de 2009). Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(II) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante em 31 de março de 2010 é R\$201.955 (R\$198.375 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(III) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$1.199.499 (R\$1.157.078 em 31 de dezembro de 2009), ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(IV) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$167.125, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$123.523 (R\$121.639 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(V) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$145.814 (R\$143.286 em 31 de dezembro de 2009), não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$50.275 (R\$49.349 em 31 de dezembro de 2009). Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(VI) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor

envolvido na ação é de R\$43.107 (R\$41.837 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(VII) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$99.032 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(VIII) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.126.127 (R\$1.080.756 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(IX) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. O montante envolvido é de R\$1.734.469. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessas ações é considerada remota.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$963.754 (R\$908.691 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.723.921 (R\$1.654.132 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(X) PIS-COFINS

A Light possuía dois processos judiciais discutindo a incidência do PIS e da COFINS, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro, foi questionado as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Companhia perante o STF foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão no 2º trimestre de 2008 no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica “despesa financeira”.

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança expedida pela Receita Federal em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo legal. Foi obtida liminar suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de 1ª instância, com prognóstico de perda possível segundo os assessores legais da Companhia. A Light optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

(XI) ICMS – Crédito Tributário

A Companhia foi notificada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais pelo aproveitamento indevido de crédito de ICMS, referente a aquisição de bens do ativo permanente, nos meses de janeiro, março, abril, maio e julho a novembro de 2004. Foi efetuada a impugnação administrativa nos prazos legais e a perda é considerada possível pelos advogados da Companhia. O valor atualizado da matéria é de R\$58.129.

(XII) Anulação de Acordo RME

Através de ação Popular que solicita a anulação da operação de aquisição do Grupo Light pela Cemig através da empresa RME, participação acionária dos demais sócios e anulação de todas as transações subseqüentes, sendo o montante envolvido na ação estimado em R\$2.416.591. A empresa acredita ter argumentos de méritos para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessas ações é considerada remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2010, o capital Social da Companhia é de R\$3.101.884, representado por 271.154.243 ações ordinárias e 349.222.649 ações preferenciais, no total de 620.376.892 ações com valor nominal de R\$5,00 por ação.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Ajuste de exercício anterior de controlada

A Companhia, com intuito de harmonizar a prática contábil entre as empresas do grupo Cemig, efetuou diretamente no Patrimônio Líquido um ajuste de R\$34.861, referente à receita reconhecida por uma de suas controladas em 2010, advinda de contrato de intermediação de energia de exercícios anteriores.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não revisado pelos auditores independentes)				R\$	
	Nº de Consumidores		MWh (*)			
	31/03/2010 (*)	31/03/2009 (*)	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Residencial	9.384.072	9.108.642	2.350.021	2.446.236	1.127.029	1.072.401
Industrial	87.482	86.506	5.587.941	5.593.627	925.275	869.588
Comércio, Serviços e Outros	874.412	852.082	1.472.502	1.566.568	642.326	636.899
Rural	512.642	535.560	503.200	455.518	140.721	96.987
Poder Público	67.057	64.356	229.729	258.624	98.150	104.450
Iluminação Pública	3.634	3.286	287.009	311.294	73.115	71.455
Serviço Público	9.827	9.696	309.607	327.063	90.141	85.177
Sub-Total	10.939.126	10.660.128	10.740.009	10.958.930	3.096.757	2.936.957
Consumo Próprio	1.112	1.168	11.436	12.815	-	-
Subvenção de Baixa Renda (1)	-	-	-	-	139.617	144.203
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(44.327)	(39.536)
	10.940.238	10.661.296	10.751.445	10.971.745	3.192.047	3.041.624
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	87	82	3.237.078	2.748.037	331.127	270.055
Transações com energia na CCEE	-	-	1.520.035	832.304	45.441	89.449
Vendas no Proinfa	-	-	10.392	-	2.547	-
Efeitos da Revisão Tarifária Definitiva (2)	-	-	-	-	66.156	(264.625)
Encargo Adicional – Lei 12.111/09	-	-	-	-	5.993	-
Total	10.940.325	10.661.378	15.518.950	14.552.086	3.643.311	3.136.503

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light.

A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light em 2009 e 13,03% em 2010.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(1) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

- (2) Valor reconhecido, em contrapartida a um passivo regulatório, em decorrência da homologação do resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia, em março de 2009. O valor de R\$66.156 refere-se à amortização do passivo regulatório, no período de janeiro a março de 2010. Vide explicações complementares na nota 33.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, ficaram pendentes de recebimento os valores do período de fevereiro de 2007 a novembro de 2007.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda a partir dessa data.

26) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	301.031	274.055
Receita de Uso da Rede Básica	261.735	149.500
Receita de Sistema de Conexão	26.181	28.537
	588.947	452.092

A receita de uso da rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. De acordo com alguns destes contratos, a receita a ser reembolsada nos últimos quinze anos será 50% menor que nos primeiros quinze anos de concessão. A Companhia reconhece os reembolsos destas concessões conforme o contrato estabelecido.

27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Fornecimento de Gás	89.640	72.039	-	-
Serviço Taxado	3.554	3.663	-	-
Serviço de Telecomunicações	29.687	28.990	-	-
Prestações de Serviços	13.536	13.837	10	-
Aluguel e Arrendamento	15.128	16.475	64	84
Outras	41	3.264	-	-
	151.586	138.268	74	84

28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	719.065	740.065
COFINS	352.046	281.339
PIS-PASEP	73.796	54.131
Outros	1.587	1.021
	<u>1.146.494</u>	<u>1.076.556</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	44.907	43.730
Programa de Eficiência Energética – PEE	10.863	8.196
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	110.222	93.462
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	129.740	122.620
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.403	6.355
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.630	6.385
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.801	3.237
Encargos de Capacidade Emergencial	5.420	4.788
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	5.917	-
	<u>326.903</u>	<u>288.773</u>
	<u>1.473.397</u>	<u>1.365.329</u>

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009 Reclassificado	31/03/2010	31/03/2009
Pessoal (a)	294.543	298.021	9.032	5.776
Obrigações Pós-Emprego	41.807	33.987	3.136	1.417
Materiais	27.700	25.976	46	40
Serviços de Terceiros	183.985	160.659	1.310	2.428
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	1.028.336	671.842	-	-
Depreciação e Amortização	190.227	171.042	45	46
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	41.505	36.118	-	-
Provisões Operacionais (c)	23.148	53.487	(4.672)	20.981
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	203.265	204.191	-	-
Gás Comprado para Revenda	49.734	39.314	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (d)	66.896	57.255	7.327	9.751
	<u>2.151.146</u>	<u>1.751.892</u>	<u>16.224</u>	<u>40.439</u>

(a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Remunerações e Encargos	251.987	277.477	8.260	4.384
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.371	17.694	972	744
Benefícios Assistenciais	30.688	30.931	830	656
	<u>300.046</u>	<u>326.102</u>	<u>10.062</u>	<u>5.784</u>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	11.133	(2.219)	371	(8)
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(16.636)	(25.862)	(1.401)	-
	<u>(5.503)</u>	<u>(28.081)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(8)</u>
	<u>294.543</u>	<u>298.021</u>	<u>9.032</u>	<u>5.776</u>

Programas de incentivo ao desligamento de empregados

Programa Prêmio Desligamento - PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os

principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 679 empregados (143 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 523 da Cemig Distribuição S.A. e 13 da Controladora), sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$50.374 integralmente no resultado de 2008.

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garante o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

(b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009
Energia de Itaipu Binacional	654.329	245.421
Energia de curto prazo	133.154	16.953
PROINFA	76.301	30.466
(Ressarcimento de CVA) Contratos Iniciais	(232.315)	2.061
Contratos Bilaterais	76.267	131.009
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	347.347	256.447
Parcela A	50.113	49.462
Créditos de PASEP-COFINS	(76.860)	(59.977)
	1.028.336	671.842

Os valores da Parcela A referem-se à transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 06.

(c) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Prêmio de Aposentadoria	(2.021)	(1.481)	(88)	-
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.796	29.097	-	(1.252)
Provisão para Contingências Trabalhistas	5.734	5.423	5.324	4.308
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	3.563	1.279	880	353
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	3.958	13.495	3.810	13.495
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	(11.042)	3.718	(11.330)	3.718
Outras Provisões	2.160	1.956	(3.268)	359
	23.148	53.487	(4.672)	20.981

(d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Arrendamentos e Aluguéis	13.425	9.558	275	141
Propaganda e Publicidade	6.198	3.584	3	655
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.562	3.426	-	-
Subvenções e Doações	3.811	3.684	240	240
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.889	10.679	-	-
Concessão Onerosa	5.565	2.318	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	7.099	6.146	62	14
Seguros	3.171	583	443	35
Anuidade CCEE	1.194	1.221	1	1
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.128	4.250	270	165
Outras Despesas	5.854	16.594	6.033	8.500
	66.896	62.043	7.327	9.751

30) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	94.323	66.383	12.746	6.588
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	32.464	27.513	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	40.336	40.006	-	-
Variação Monetária da CVA	1.809	11.508	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	3.435	15.446	-	-
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	-	1.777	-	-
Variações Cambiais	15.609	20.875	-	1
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(825)	(424)	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	465	547	-	-
Ajuste a Valor Presente	5.887	614	-	-
Rendas FIDC	-	-	18.994	9.415
Outras	39.398	24.950	3.554	5.721
	232.901	209.195	35.294	21.725
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(234.691)	(199.809)	(1.926)	(2.677)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(312)	(1.273)	-	-
Variação Monetária da CVA	(4.039)	(1.835)	-	-
Variações Cambiais	(17.850)	2.584	(8)	(3)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(31.975)	(3.816)	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – Atualização	-	8.722	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.203)	(21.270)	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	-	(2.107)	-	-
Amortização de ágio de investimentos	(12.953)	(4.078)	(8.196)	(4.078)
Outras	(20.520)	(24.070)	(1.247)	(3.128)
	(323.543)	(246.952)	(11.377)	(9.886)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(90.642)	(37.757)	23.917	11.839

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

31) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	202.306	202.306	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	4.200	21.639	1.626	9.984	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	418.304	917.054	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12	5.715	2.652	668	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	56.341	56.345	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	1.620	1.700	-	-	19.188	19.051	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	200.203	207.792	302.051	292.464	(639.431)	(598.178)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.787.105	1.823.644	-	-	21.342	30.592	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	65.185	65.095	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	55.738	60.619	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	207.382	207.382	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	38.161	37.053	-	-	(1.107)	(841)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	895.472	951.006	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	9.570	9.731	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	82.471	81.654	-	-	(36.766)	(31.689)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.055.484	1.066.686	-	-	-	-
Outros	-	-	43.592	33.789	-	-	-	-
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(17.371)	(17.588)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(5.128)	(4.250)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	279.364	186.845	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	10.155	7.091	-	287	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 13;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 20;
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 13;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 22;
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 22) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 10, 13, 19, 20, 22, 25, 29.

32) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2009, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO (nota 20)	Consolidado e Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos	250.457	229.393
(+ / -) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	6.642	8.169
	<u>257.099</u>	<u>237.562</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos	16.635	18.722
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos		
Outros	28.734	3.151
Passivo Líquido Exposto	<u>302.468</u>	<u>259.435</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também por meio dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano. Esses contratos representam uma receita anual aproximadamente de US\$120 milhões.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2011 será de 13,19%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	250.457	283.492	354.365	425.238
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	6.642	7.518	9.398	11.277
	<u>257.099</u>	<u>291.010</u>	<u>363.763</u>	<u>436.515</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	16.635	18.830	23.536	28.244
Outras	28.734	32.524	40.655	48.786
Passivo Líquido Exposto	<u>302.468</u>	<u>342.364</u>	<u>427.954</u>	<u>513.545</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		<u>(39.896)</u>	<u>(125.486)</u>	<u>(211.077)</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$45.509, em 31 de março de 2010 (R\$49.677 em 31 de dezembro de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	4.319.917	2.614.275	414.370	210.132
Ativos Regulatórios (nota 5)	613.981	1.740.596	-	-
	<u>4.933.898</u>	<u>4.354.871</u>	<u>414.370</u>	<u>210.132</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	(7.271.643)	(5.194.587)	(80.474)	(83.005)
Passivos Regulatórios (nota 5)	(591.282)	(623.789)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 32)	6.642	(152.452)	-	-
	<u>(7.856.383)</u>	<u>(5.970.828)</u>	<u>(80.474)</u>	<u>(83.005)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.922.385)</u>	<u>(1.615.957)</u>	<u>333.896</u>	<u>127.127</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,69%	Cenário Remoto SELIC 17,63%
Ativos				
Aplicações Financeiras	4.319.917	4.827.507	4.954.405	5.081.302
Ativos Regulatórios	613.981	686.124	704.159	722.195
	<u>4.933.898</u>	<u>5.513.631</u>	<u>5.658.564</u>	<u>5.803.497</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(7.271.643)	(8.126.061)	(8.339.666)	(8.553.270)
Passivos Regulatórios	(591.282)	(660.758)	(678.127)	(695.495)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	6.642	7.422	7.618	7.813
	<u>(7.856.283)</u>	<u>(8.779.397)</u>	<u>(9.010.175)</u>	<u>(9.240.952)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.922.385)</u>	<u>(3.265.766)</u>	<u>(3.351.611)</u>	<u>(3.437.455)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	<u>(343.381)</u>	<u>(429.226)</u>	<u>(515.070)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira onde mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma das cláusulas restritivas não foi atendida em 31 de março de 2010 e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores (nota 20), de que não irão exigir o vencimento antecipado das obrigações.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam uma perda em 31 de março de 2010 no montante de R\$738 e R\$20.723 em 31 de março de 2009, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 31 de março de 2010

Direito da Companhia e suas controladas	Obrigação da Companhia e suas controladas	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada						Efeito Acumulado	
				Valor principal contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/3/2010
Cemig Geração e Transmissão											
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	100	86	100	86	295	(395)
Cemig Distribuição											
US\$ variação cambial + taxa(5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa(1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	Em 06/2013	Balcão	US\$38.382	US\$38.382	(79.351)	(79.305)	(79.128)	(78.305)	-	-
Madeira Energia											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$ 120.000	R\$ 120.000	1313	(3.149)	1313	(3.149)	11210	(11378)
						(77.938)	(82.368)	(77.715)	(81.368)	11.505	(11.773)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de março de 2010 é negativo em R\$1.3474 (positivo em R\$2.623 em 31 de março de 2009).

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão é o banco Santander - ABN e o banco Credit Suisse First Boston respectivamente, e os contratos são de swap cambial.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real em 31 de março de 2011 será de R\$2,016 e que a taxa CDI em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar e do CDI de 25% e 50% em 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de março de 2011 seria de R\$2,52 e R\$3,024 respectivamente e a taxa CDI seria de 14,69% e 17,63%.

O segundo instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta à variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31/03/2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31/03/2011 seria de 14,6875% e 17,625% respectivamente.

	Base 31/12/2009 8,75%	Cenário Provável 11,25%	Cenário Possível 14,06%	Cenário Remoto 16,875%
Cemig Geração e Transmissão				
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US\$	75.000	84.896	108.546	130.255
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(9.896)	(33.546)	(55.255)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	83.813	86.016	88.219
Efeito Líquido da Variação do US\$		(8.813)	(11.016)	(13.219)
Cemig Distribuição				
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	68.358	76.390	78.398	80.406
Efeito Líquido da Variação da CDI		(8.032)	(10.040)	(12.048)
Risco - Alta do US\$				
Contrato em US\$	68.358	77.378	96.723	116.067
Efeito Líquido da Variação do US\$		(9.020)	(28.365)	(47.709)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

33) – RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010Revisão Tarifária – IRT 2010

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram um impacto médio positivo de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

A ANEEL divulgou em 26 de março de 2010, nota técnica com detalhamento do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Os principais ajustes que afetaram o resultado da Companhia, em 31 de março de 2010, em decorrência dessa divulgação são como seguem:

Descrição:	Ajustes
Baixa de CVA de exercícios anteriores	(70.889)
Adicional de Baixa Renda – IRT 2008 e 2009	106.388
Baixa de PASEP/COFINS regulatório	(46.240)
Saldo financeiro a compensar de anos anteriores	(30.573)
Total	(41.314)

Revisão Tarifária – valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62% em comparação à redução média aplicada de forma provisória em abril de 2008 no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da revisão tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, no seu julgamento, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no reajuste tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos no resultado são relacionados principalmente à redução no valor da Empresa de Referência utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e também uma revisão pela ANEEL no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no reajuste tarifário da Companhia em 2008.

Esses valores, no montante de R\$264.626, registrados no passivo circulante, na rubrica “Passivo Regulatório – Revisão Tarifária”, foram transferidos mensalmente para o resultado, de forma linear, no período de 08 de abril de 2009 a 07 de abril de 2010.

34) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento do Capital Social aprovado na Assembléia Geral ordinária e extraordinária de 29 de abril de 2010

O Conselho de Administração da CEMIG propôs à Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros, de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas de Lucros ao valor do Capital Social da Companhia.

A Assembléia Geral autorizou, em 29 de abril de 2010, a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R\$3.101.884 para R\$3.412.073 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$294.941 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$15.248 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 10% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

Oferta Pública de Ações – OPA da TAESA

Em 23 de março de 2010 a controlada em conjunto Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Ofertante”), publicou Edital visando submeter aos acionistas detentores de ações e/ou units, de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (atual denominação social da Terna Participações S.A.) (“TAESA”), oferta pública para a aquisição das Ações e Units de emissão da Companhia (“Oferta”), cujas principais condições encontram-se estabelecidas a seguir:

Para adquirir o controle acionário da TAESA, a Ofertante pagou a montante de R\$2.148.379.099,24, correspondendo a R\$37,14 por Unit e R\$12,38 por Ação (“Preço da Aquisição”), o qual já contempla a dedução dos valores de dividendos que foram pagos pela TAESA em 26 de outubro de 2009, nos montantes de R\$3,443522063 por Unit e R\$1,147840688 por Ação, bem como a correção de 103% da Taxa Selic desde 30 de setembro de 2009 até 03 de novembro de 2009, exclusive, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações da TAESA.

A Ofertante pretende adquirir as Ações e as Units dos destinatários da Oferta por um preço equivalente a 100% do Preço da Aquisição, ou seja, R\$37,14 por Unit e R\$12,38 por Ação (“Preço da Oferta”).

O Preço da Oferta será pago à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação. O Preço da Oferta será corrigido pela taxa Selic, calculada pro rata temporis a contar da Data de Fechamento, ou seja, desde a Data do Fechamento, exclusive, até a Data de Liquidação, inclusive. O Preço da Oferta será informado pela Instituição Intermediária ao Diretor de Operações da BM&FBOVESPA em até 2 dias antes da data de realização do Leilão.

O acionista que desejar aceitar a Oferta deverá habilitar-se até às 18h, do dia anterior à data de realização do Leilão junto à Itaú Corretora ou a qualquer outra sociedade corretora autorizada a operar no segmento BOVESPA da BM&FBOVESPA (“Corretora”), de forma que tal Corretora possa representá-lo no Leilão.

O leilão da Oferta será realizado no dia 06 de maio de 2010 (“Data do Leilão”), às 13 horas, obedecendo às regras estabelecidas pela BM&FBOVESPA (“Leilão”).

O Edital de Oferta Pública para Aquisição de Ações Ordinárias, Ações Preferenciais e UNITS de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A está disponível no site da companhia (www.taesa.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

35) – DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	LIGHT	E/TEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	12.274.287	12.310.322	9.471.320	2.391.169	674.613	853.143	334.758	107.850	91.347	557.231	(9.015.912)	30.050.128
Disponibilidades	418.788	2.953.159	474.203	233.729	29.340	136.219	57.446	19.845	16.902	155.652	-	4.495.283
Contas a Receber	1.847.948	450.934	1.890.751	431.465	22.389	209.046	-	5.091	3.409	20.130	(271.212)	4.609.951
Ativo Regulatório	-	148.986	698.741	51.766	-	-	-	-	-	-	-	899.493
Outros Ativos	400.285	658.938	1.674.632	475.975	39.572	55.639	50.475	13.783	343	40.252	(74.024)	3.335.870
Investimentos/Imobilizado	9.607.266	8.098.305	4.732.993	1.198.234	583.312	452.239	226.837	69.131	70.693	341.197	(8.670.676)	16.709.531
PASSIVO	12.274.287	12.310.322	9.471.320	2.391.169	674.613	853.143	334.758	107.850	91.347	557.231	(9.015.912)	30.050.128
Fornecedores e suprimentos	15.148	126.525	619.899	140.398	3.971	46.652	10.399	8.639	7.268	28.725	(83.163)	924.461
Empréstimos, Financiamento e Debêntures	80.474	7.004.525	2.672.126	622.795	293.650	140.562	32.672	-	-	82.885	895.472	11.825.161
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	949.623	418.304	202.306	110.387	73.462	39.955	-	29.603	22.208	114.322	(1.010.547)	949.623
Obrigações Pós-Emprego	52.956	257.576	827.424	246.643	-	-	-	-	-	-	-	1.384.599
Outros Passivos	445.103	683.121	2.421.537	506.155	39.572	210.851	10.174	18.018	3.657	44.111	(146.998)	4.235.301
Patrimônio Líquido	10.730.983	3.820.271	2.728.028	764.791	263.958	415.123	281.513	51.590	58.214	287.188	(8.670.676)	10.730.983
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	74	849.603	1.740.640	207.776	46.593	71.456	24.009	11.108	8.893	37.803	(87.508)	2.910.447
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS												
Pessoal	(9.032)	(72.087)	(197.528)	(6.642)	(1.448)	(3.795)	(2.098)	(269)	(327)	(1.317)	-	(294.543)
Obrigações Pós-Emprego	(3.136)	(7.728)	(25.902)	(5.041)	-	-	-	-	-	-	-	(41.807)
Materiais	(46)	(4.099)	(22.035)	(1.149)	(75)	(248)	88	(60)	(20)	(56)	-	(27.700)
Materia Prima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	(1.310)	(34.864)	(122.183)	(10.935)	(2.822)	(1.362)	(5.208)	(663)	(854)	(5.720)	1.936	(183.985)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(35.385)	(4.555)	-	-	-	-	(558)	(341)	(666)	-	(41.505)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(73.773)	(876.730)	(113.546)	-	-	-	36	(66)	(516)	36.259	(1.028.336)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(64.148)	(166.929)	(18.738)	-	-	-	-	(689)	(2.074)	49.313	(203.265)
Depreciação e Amortização	(45)	(69.171)	(93.268)	(9.953)	(4.527)	(1.007)	(7.545)	(558)	(544)	(3.609)	-	(190.227)
Provisões Operacionais	4.672	427	(14.353)	(13.231)	-	-	(15)	(7)	-	(641)	-	(23.148)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(49.734)	-	-	-	-	-	(49.734)
Outras Despesas Líquidas	(7.327)	(15.578)	(38.585)	(2.857)	(634)	337	(1.234)	36	(113)	(941)	-	(66.896)
	(16.224)	(376.406)	(1.562.068)	(182.092)	(9.506)	(55.809)	(16.012)	(2.043)	(2.954)	(15.540)	87.508	(2.151.146)
Lucro Operacional antes do Resultado da Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(16.150)	473.197	178.572	25.684	37.087	15.647	7.997	9.065	5.939	22.263	-	759.301
Resultado Financeiro Líquido	23.917	(78.103)	(23.125)	(7.710)	(8.218)	1.915	338	356	273	(285)	-	(90.642)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	7.767	395.094	155.447	17.974	28.869	17.562	8.335	9.421	6.212	21.978	-	668.659
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.196)	(132.046)	(44.264)	(1.944)	(4.804)	(5.614)	(2.801)	(3.182)	(389)	(12.130)	-	(213.370)
Participações dos Empregados	(479)	(6.896)	(28.278)	(319)	-	-	-	(63)	(31)	-	-	(36.066)
Lucro Líquido do Exercício	1.092	256.152	82.905	15.711	24.065	11.948	5.534	6.176	5.792	9.848	-	419.223



A Melhor Energia do Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro trimestre de 2010, um lucro líquido consolidado de R\$419.223, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$336.242 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 24,68%. Esse aumento deve-se, principalmente, aos ajustes extraordinários registrados no 1º trimestre de 2009 referentes aos valores definitivos informados pela ANEEL referente à revisão tarifária da Companhia, com um impacto negativo líquido de R\$127 milhões no resultado daquele trimestre.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro trimestre de 2010 foi de R\$949.528 comparados a R\$780.684 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 21,63%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 4,29%.

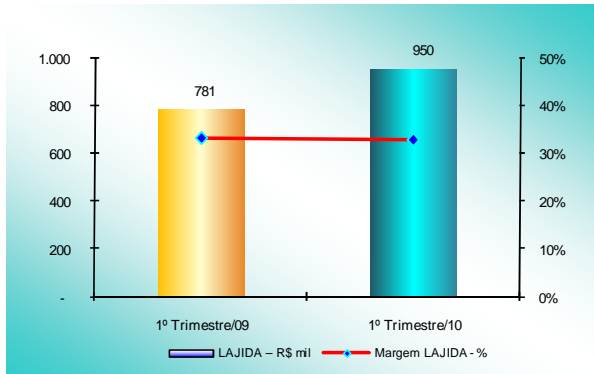
Os principais efeitos não recorrentes em 2010 são como segue:

Reconhecimento de uma despesa líquida de R\$54.613 decorrente dos efeitos da Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição em 2010, com a baixa de ativos que não foram incluídos na base de cálculo do referido reajuste.

Despesa com Programa de Desligamento Voluntário – PDV no montante de R\$11.133, em função de ajuste na provisão.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2010	31/03/2009	Var %
Lucro Líquido	419.223	336.242	24,68
+ Provisão IR e Contribuição Social	213.370	187.999	13,50
+ - Resultado Financeiro	90.642	37.757	140,07
+ Amortização e Depreciação	190.227	171.042	11,22
+ Participação nos Resultados	36.066	27.424	31,51
+ Participação de Minoritários	-	20.220	-
= LAJIDA	949.528	780.684	21,63
Itens não recorrentes:			
Baixa de CVA de exercícios anteriores	70.889	-	-
Adicional de Baixa Renda – IRT 2008 e 2009	(93.089)	-	-
Baixa de PASEP/COFINS regulatório	46.240	-	-
Saldo financeiro a compensar de anos anteriores	30.573	-	-
- Revisão da receita de transmissão – Nota Técnica n°214/2009	-	-	-
+ - Revisão Tarifária – Receita Líquida	-	213.803	-
- + Revisão Tarifária – Despesa Operacional	-	(20.987)	-
- + Programa Prêmio de Desligamento – PPD/PDV	11.133	-	-
= LAJIDA AJUSTADO	1.015.274	973.500	4,29

Com a cisão parcial da RME, a Companhia deixou de consolidar, em 2010, 25% do resultado da Light e consequente ajuste na rubrica de “Participações dos Acionistas não Controladores”, passando a consolidar apenas os 13,03% de participação direta. Ajustando o LAJIDA de 2009 com base nesse novo critério, o LAJIDA passaria a R\$739.297, o que representaria um aumento de 28,44% no primeiro trimestre de 2010 em comparação ao primeiro trimestre de 2009.



O aumento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2010 em comparação ao primeiro trimestre de 2009 deve-se, principalmente, ao aumento de 22,99% na receita operacional líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 24,04% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA, não apresentou variação expressiva, 32,65% no primeiro trimestre de 2010 comparado a 33,01% no primeiro trimestre de 2009.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.643.311 no primeiro trimestre de 2010 em comparação a R\$3.136.503 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 16,16%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluído o consumo próprio, foi de R\$3.096.757 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$2.936.957 no primeiro trimestre de 2009. Os principais itens que afetaram o resultado, conforme já relatados anteriormente são como segue:

- ❑ Aumento do preço médio por MWh para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão em função de reajuste nos contratos.
- ❑ Reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral no primeiro trimestre de 2010);
- ❑ Receita líquida de R\$93.089, reconhecida no primeiro trimestre de 2010, referente a subsídio a consumidores de baixa renda conforme nota técnica divulgada pela ANEEL, decorrente do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição em 2010;
- ❑ Reconhecimento de passivos regulatórios apurados em função do ajuste na Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, com impacto na receita bruta do primeiro trimestre de 2009 de R\$213.803.
- ❑ Redução de 2,00% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio). Essa redução deveu-se principalmente ao reflexo da mudança de percentual de consolidação da Light, que passou de 25% para 13,0325% em decorrência da cisão parcial da RME em 2009. Se considerarmos o percentual de 13,0325% em março de 2009, o volume de energia faturada apresenta um aumento de 3,18%.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)
(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por classe (MWh)	31/03/2010	31/03/2009	Var %	31/03/2009 Ajustado (*)	Var %
Residencial	2.350.021	2.446.236	(3,93)	2.219.666	5,87
Industrial	5.587.941	5.593.627	(0,10)	5.549.219	0,70
Comércio, Serviços e Outros	1.472.502	1.566.568	(6,00)	1.383.432	6,44
Rural	503.200	455.518	10,47	455.126	10,56
Poder Público	229.729	258.624	(11,17)	215.586	6,56
Iluminação Pública	287.009	311.294	(7,80)	290.924	(1,35)
Serviço Público	309.607	327.063	(5,34)	295.405	4,81
Total	10.740.009	10.958.930	(2,00)	10.409.358	3,18

(*) Valores em MWh considerando o percentual de participação da Light de 13,0325%

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$376.568 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$359.504 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 4,75%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 17,80% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais que passou de 2.748.037 MWh no primeiro trimestre de 2009 para 3.237.078 MWh no primeiro trimestre de 2010.

Receita de uso da rede – consumidores livres

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 30,27% correspondente a R\$136.855 (R\$588.947 em 2010 comparados a R\$452.092 em 2009).

A receita de TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondeu a R\$301.031 comparados a R\$274.055 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 9,84%. Este desempenho decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da recuperação da atividade econômica, e da migração de consumidores cativos para o segmento livre.

Compõem ainda o saldo dessa rubrica as receitas de uso da rede básica e de sistema de conexão, que foram de R\$287.916 no primeiro trimestre de 2010 em comparação a R\$178.037 no primeiro trimestre de 2009. Essa variação deve-se, principalmente, ao reajuste na tarifa em decorrência da revisão tarifária da atividade de transmissão da Cemig Geração e Transmissão em junho de 2009 e da aquisição da transmissora de energia elétrica, TAESA, no 4º trimestre de 2009.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em conformidade ao plano de contas da ANEEL, alguns itens são alocados como



A Melhor Energia do Brasil.

Deduções à Receita Operacional. Mais informações na nota explicativas 9 das Informações Trimestrais.

A partir de março de 2008 a Companhia passou a receber na tarifa os valores registrados como ativo da Parcela A. Dessa forma, é transferida para a despesa operacional a parcela dos custos não controláveis que foram efetivamente recebidos na tarifa.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$1.473.397 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$1.365. no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 7,92%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$129.740 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$122.620 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 5,81%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$110.222 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$93.462 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 17,93%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$44.907 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$43.730 no primeiro trimestre de 2009. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro trimestre de 2010 foram de R\$2.151.146 comparados a R\$1.751.892 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 22,79%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com energia comprada para revenda e serviços de terceiros, parcialmente compensados pela redução nos custos com provisões operacionais. Vide mais informações na nota explicativa 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.



A Melhor Energia do Brasil.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.028.336 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$671.842 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 53,06%. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$183.985 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$160.659 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 14,52% com as principais variações nos gastos com comunicação, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e despesas com mão de obra contratada, conforme segue:

- Os serviços de comunicação foram de R\$17.227 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$8.169 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 110,89%. Esta variação decorre de efeitos sazonais de renegociações contratuais, que até o final de março de 2009 não haviam sido concluídos.
- Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$42.071 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$31.013 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 35,66%. Esta variação decorre principalmente da maior atividade nesses processos e reajuste de contratos e da consolidação das empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.
- A despesa com mão de obra contratada foi de R\$12.851 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$8.422 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 52,59%. Esta variação decorre principalmente de efeitos sazonais de renegociações e de reajustes contratuais feitos com as empresas prestadoras de serviço no primeiro trimestre de 2010.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 11,22% na comparação entre os períodos, R\$190.227 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$171.042 no primeiro trimestre de 2009. Este resultado decorre substancialmente do aumento do ativo imobilizado em decorrência de novos investimentos em distribuição nos Programas Clarear, CresceMinas e Luz para Todos e da amortização do ativo intangível referente ao novo software de faturamento da Companhia.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$23.148 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$53.487 no primeiro trimestre de 2009, uma redução de 56,72%. Esta redução decorre principalmente da baixa, em 2010, de provisão para reclamações cíveis – majoração tarifária, no montante de R\$11.042 em decorrência de finalização dos processos e da menor despesa com contingências jurídicas, ações cíveis, no exercício de 2010 em relação a 2009. Vide maiores informações nas notas explicativas 23 e 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$49.734 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$39.314 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 26,50%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada nos períodos comparados, consequência de maior operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no primeiro trimestre de 2010 em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no primeiro trimestre de 2010 foi uma despesa financeira líquida de R\$90.642 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$37.757 no primeiro trimestre de 2009. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na receita com aplicações financeiras, R\$94.323 no primeiro trimestre de 2010 em comparação a R\$66.383 no primeiro trimestre de 2009, uma variação de 42,27% decorrente de maior volume de recursos aplicados neste trimestre.
- Redução de 96,68% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA e Acordo Geral do Setor Elétrico e Reajuste Tarifário Diferido). No primeiro trimestre de 2010 a receita foi de R\$893 comparados a R\$26.895 no primeiro trimestre de 2009. Esta variação decorre principalmente do menor valor de ativos regulatórios em 2010, tendo em vista o recebimento dos créditos através das contas de energia elétrica.
- Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$234.691 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$199.809 no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente da emissão pela Cemig Geração e Transmissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers) no montante de R\$2.700.000.
- Aumento na despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional, R\$31.975 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$3.816 no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento decorre principalmente da variação do IGPM que passou de uma variação negativa de 0,9153% no primeiro trimestre de 2009 para uma variação positiva de 2,7798% no primeiro trimestre de 2010.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa 30 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro trimestre de 2010, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$213.370 em relação ao lucro de R\$668.659 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 31,91%. No primeiro trimestre de 2009, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$187.999 em relação ao lucro de R\$571.885 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,87%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.



A Melhor Energia do Brasil.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

No ano de 2009, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizaremos no final de maio, pelo 15º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais terão a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange



A Melhor Energia do Brasil.

Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais ("XCMIG") listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por "dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)", limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;



A Melhor Energia do Brasil.

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 25 vezes durante o ano de 2009 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2009, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2010.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.



A Melhor Energia do Brasil.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por nove membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.



A Melhor Energia do Brasil.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2009 foram realizadas 59 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com..>

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2009, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br> .

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.



A Melhor Energia do Brasil.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, bem como validado o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.



A Melhor Energia do Brasil.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.



A Melhor Energia do Brasil.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/179B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.



A Melhor Energia do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31.03.2010

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	(mil)	%	(mil)	%	(mil)	%
Estado de Minas Gerais	138.175.720	50,96	-	0,00	138.175.720	22,27
Outras Entidades do Estado	36.544	0,01	6.415.884	1,84	6.452.428	1,00
Total Controlador	138.212.264	50,97	6.415.884	1,84	144.628.148	23,27
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	89.383.266	32,96	-	0,00	89.383.266	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 31.03.2010

<u>Item</u>	<u>Nome</u>	<u>Quantidade de Quotas (unidades)</u>	<u>%</u>
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	31.03.2010		31.03.2009	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	138.212.264	6.415.884	110.569.812	4.974.466
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7.902	438	6.318	351
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
André Araújo Filho	1	-	-	-
Andréa Leandro Silva	7	-	6	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	-	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	-	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	-	-
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	50	-	40
Evandro Veiga Negrão de Lima	7.649	-	6.120	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	386	-	309
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	10	-	8	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	-	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
José Castelo Branco da Cruz	1	-	-	-
Kleber Antônio de Campos	1	-	-	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	88	1	71	1
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	127	-	102	-
Sérgio Alair Barroso	1	-	-	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31.03.2010		31.03.2009	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	436	6	349
Djalma Bastos de Moraes	-	50	-	40
Arlindo Porto Neto	1	-	-	-
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	386	-	309
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	4	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes	-	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
31.03.2010	132.934.068	49,03	342.541.418	98,09	475.475.486	76,64
31.03.2009	106.347.249	49,03	274.191.265	98,14	380.538.514	76,67

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes do evento societário ocorrido no exercício de 2009.



A Melhor Energia do Brasil.

RELATÓRIO DA REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Companhia”) e nas Informações Trimestrais Consolidadas dessa Companhia e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões especiais das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$512,5 milhões em 2010, representando 4,2% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010 totalizou R\$25,2 milhões de lucro, representado 6,1% do resultado do trimestre, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.910,4 milhões em 2010, representando 6,36% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, e na revisão de outros auditores independentes, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis

adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2.2 às ITR e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nº 7, 18 e 25, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparadas e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
6. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada em conjunto Light S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 21 de janeiro de 2010, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$137,3 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R\$17,9 milhões.
7. Em 31 de março de 2010 as controladas indiretas em conjunto Brasnorte Transmissora de Energia S.A. e Taesa Serviços Ltda. apresentam prejuízos acumulados. A recuperação dos valores registrados no investimento da Companhia e no ativo imobilizado consolidado, referente às estas controladas, no montante de R\$100.9 milhões e R\$91.1 milhões, respectivamente, depende do sucesso de suas operações futuras, sendo estas controladas dependentes do suporte financeiro dos acionistas e/ou terceiros até que as operações se tornem rentáveis. O investimento proporcional da Companhia na controlada indireta em conjunto é de R\$32,6 milhões e o imobilizado proporcional no consolidado é de R\$29,4 milhões.
8. A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções



A Melhor Energia do Brasil.

financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de março de 2010 totalizavam R\$3.660,4 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$108,3 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$366,0 milhões no imobilizado e R\$10,8 milhões do passivo a descoberto, respectivamente.

9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 33, às Informações Trimestrais, em decorrência do resultado do reajuste tarifário anual de 2010 previsto no contrato de concessão, a ANEEL homologou, o reposicionamento tarifário da Companhia em 1,67% a ser aplicado para o período a partir de 08 de abril de 2010. Em função da homologação do reposicionamento tarifário a Companhia reconheceu passivo regulatório, com efeito no resultado do período no montante líquido de R\$41.314 mil.

Belo Horizonte, 6 de maio de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0